

# **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007**

**(APENSOS OS PROJETOS DE LEI Nº 70, DE 2007,  
Nº 332, DE 2007, E Nº 1908, DE 2007)**

Dispõe sobre a comunicação audiovisual eletrônica por assinatura e os serviços de telecomunicações, altera a Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Acrescente-se o § 3º ao art. 17: :

“Art. 17. ....

.....

§ 3º Regulamento da Ancine poderá estabelecer as condições para a oferta individualizada, pelo programador, de canais dedicados a eventos de grande interesse popular, de natureza esportiva, que ocorram em espaços públicos.

I - o Regulamento da Ancine poderá ainda estabelecer restrições a ofertas de canais por programador, condicionada a compromissos de penetração na base de assinantes do serviço de comunicação audiovisual eletrônica por assinatura”.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A emenda vem ao encontro de uma grande necessidade do mercado de TV por assinatura de contar com ofertas módicas para camadas da população de menor poder aquisitivo. Uma vez que a cadeia de valor se inicia na produção de conteúdo, a programação de canais, etapa seguinte, não deveria criar artificialmente agrupamentos e compromissos de penetração que dificultem a oferta final e possam encarecer o acesso dos assinantes a eventos de grande interesse popular.

No caso de eventos esportivos é sabido que os produtores e programadores usualmente auferem importantes compensações pela inserção de publicidade com estes contratada, o que não é permitido pela presente Lei ao distribuidor, cuja principal compensação é a cobrança da assinatura; esta, quanto menor vier a ser, agregará maior base à indústria, permitindo diluir custos e criar melhores condições de desenvolvimento desse mercado.

Sala da Comissão,      de      de 2009.

**JÚLIO DELGADO**  
Deputado Federal – PSB/MG